

# SINTSEP - GO

Filiado a  
**CUT**  
**CONDSEF**

Órgão Informativo do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal no Estado de Goiás  
Ano XXI - nº 89 - 1º de setembro de 2011

## A administração pública e a inversão de valores



Entre os dias 29 e 31 de agosto, sob pressão de milhares de servidores de todo o Brasil, o governo fechou, com a direção das entidades que representam o coletivo dos trabalhadores do Executivo federal, um acordo que beneficiou, ainda que de forma bastante deficitária, 12 setores.

A nova tabela salarial, que só irá vigorar a partir de julho de 2012, continua discriminando servidores em cada um de seus níveis (superior, intermediário e auxiliar), bem como aposentados e pensionistas, que só receberão metade do reajuste, tendo em vista que ele foi concedido sobre a gratificação de produtividade – e não sobre o vencimento básico, conforme queriam os trabalhadores.

Mas, embora o acordo tenha um gosto de “prêmio de consolação”, ela ainda assim é fruto de uma unidade trabalhada a duras penas pelas entidades representativas da categoria. É fruto de movimentações gloriosas, como a 4ª Marcha, ocorrida em Brasília no dia 24 de agosto, na qual 20 mil servidores (centenas deles que ostentavam, orgulhosamente, a camisa do Sintsep-GO)

exigiam do governo não benesses injustificáveis – como as que são concedidas cotidianamente aos chamados “representantes do povo”, nas Câmaras Legislativas – mas apenas uma negociação que demonstrasse valorização, respeito, reconhecimento e decência.

A mesma decência que buscamos, há décadas, no trato com servidores da extinta Sucam/Fundação SESP/Deneru, intoxicados pelo inseticida e assassinados, aos poucos, pela omissão do governo, que exigiu anos de trabalho, sem fornecer sequer uniformes, máscaras, informação ou mesmo treinamento adequados.

Ainda ecoa em nossas mentes o reajuste de 61%, concedido aos deputados e senadores, ao presidente da República e ministros de Estado, por eles mesmos. Nós ficamos perplexos quando o governo reafirma, em alto e bom som, o limite de R\$ 1,5 bilhão destinados ao reajuste dos servidores do Executivo, mas fecha acordo com o Judiciário numa perspectiva que atinge quase os R\$ 8 bilhões.

Infelizmente, esta é a visão de uma administração pública politqueira e eleitoreira, que

vislumbra o servidor como problema a ser resolvido, e não como um colaborador que necessita ser reconhecido e valorizado. Governa-se não para o presente, mas para os “próximos quatro anos”. Ganha-se o Estado pensando nas capitais, ou ganha-se o Palácio do Planalto pensando nos Estados. O mesmo sucede às Câmaras Legislativas e Assembleias.

O servidor público, e seus posicionamentos, são quase sempre marginalizados pela grande mídia, que é atrelada a esta estrutura de poder, cujo único objetivo é a perpetuação no próprio poder – seja ele de ordem política ou econômica. Eles não querem que nada seja diferente do que já é e, portanto, beneficiam apenas àqueles que têm força (política/econômica) de os ameaçarem ou, pelo menos, limitarem seu raio de ação. Por isso, para o Judiciário quase tudo, para o Legislativo quase tudo, para o Executivo muito pouco, quase nada.

Por isso a palavra “unidade” nunca foi tão importante como é atualmente. É ela que reflete a nossa verdadeira força: nossa única e maior força somos nós, juntos.



**FUNAI**  
Pelo resgate à dignidade dos servidores  
Pg. 02



**JURÍDICO**  
Trabalho insalubre e contagem de tempo  
Pg. 02



**ACORDO**  
Governo e servidores fecham reajuste para 2012  
Pg. 03



**ENTREVISTA**  
Expectativa quando à nova gestão do Incra-GO  
Pg. 04

# Pelo resgate à dignidade dos servidores

Resistência dos servidores à tentativa de retirada de objetos da Funai/GO, em dezembro de 2010



O processo de desmonte da Funai em todo o país, com a edição do Decreto nº 7.056 de 28 de dezembro de 2009, deixou reflexos profundos, tanto nas populações indígenas quanto nos servidores. Desde a edição da referida legislação, o que se viu foi o gradual fechamento de unidades de referência em todo o país – como a de Goiânia/GO –, com forte assédio moral – o que desembocou num processo de desgaste administrativo, físico e emocional de seus trabalhadores.

Em Goiânia, única Coordenação Técnica Local que foi fechada e – até o momento – não foi reaber-

ta, servidores chegaram, no final de 2010, a se rebelar contra o esvaziamento do prédio – a famosa Casa do Índio, construída à época de Pedro Ludovico Teixeira. Alguns foram parar em hospitais, pois não suportaram a atitude governamental que jogou, pelo ralo, décadas de volumoso trabalho voltado para as populações indígenas não somente em Goiás, mas em todo o Brasil. Os servidores da Funai-Goiás, que entraram pela porta da frente, foram covardemente despejados pela porta dos fundos.

Segundo o servidor da Funai-GO, Aduacto Neto, atualmente 26 servidores da Coordenação Técnica Local (CTL/GO) trabalham sob profundo desgaste emocional, com problemas de identidade e saúde, em

virtude do descaso vivenciado desde a criação do decreto e sua aplicação, que determinou o fechamento da Funai/Goiás. “É importante citar que a única CTL no país que chegou a ser fechada foi a de Goiânia, evidenciando perseguição – em todas as esferas (jurídica, administrativa e pessoal) – por problemas exclusivos de vaidade do gestor supremo da Funai”, relata.

Do quadro de servidores, grande parte – inclusive o próprio Aduacto – foram realocados para a AGU. “Lá tentamos encontrar novos estímulos. É o que tem nos resgatado após a dolorida perseguição, sofrida com fechamento da Funai”, desabafo. “Graças à intervenção do Sintsepggo e do deputado Mauro Rubem, a luta não foi totalmente perdida. Podemos dar continuidade às nossas vidas e nossos trabalhos em Goiás, trabalhando em outro órgão da administração federal”, complementa o servidor.

Um fato curioso, que o Sintsepggo não consegue explicar, nem entender, é o fato de que a mesma Funai, que fechou naquele momento a CTL-Goiânia – solicitando remoção imediata de vários servidores para

outras cidades e Estados do país –, separou orçamento de cerca de R\$ 2 milhões para reformar a Casa do Índio para, logo depois, trazer servidores do Rio de Janeiro (ex-ofício), e de outras regiões do país, para ocupar os cargos dos quais foram retirados os trabalhadores de Goiás. Na opinião do sindicato, este é mais um fato que evidencia a falta de profissionalismo da gestão nacional da Funai, que se embrenhou por caminhos não republicanos, pautando sua ação em Goiás por forte ranso, e não por reais interesses em aperfeiçoar a execução da política indigenista brasileira.

## Ação na Justiça

Mas o trabalho de resgate da dignidade destes trabalhadores permanece ativo. Buscando defender os interesses de seus filiados, uma ação – impetrada na Justiça pelo Sintsepggo – busca reparação pelos excessos cometidos pela gestão da Funai contra os servidores goianos, que os afetou emocional e psicologicamente.

## INTERIOR

### Delegacia Sindical de Jataí promove eventos com servidores

No último dia 05 de agosto, a Delegacia Sindical do Sintsepggo em Jataí promoveu – no município – palestra com o fisioterapeuta Paulo Teixeira de Almeida, sobre o tema “stress”. Participaram do evento, que ocorreu no Clube da Sucam, um total de 28 servidores do Ministério da Saúde (MS) e da Funasa, entre ativos e aposentados.

Dia 10, do mesmo mês, foi

realizada em Rio Verde reunião dos servidores do MS com dirigentes do Capesaúde. Segundo os trabalhadores, o objetivo da reunião foi cobrar da representante da Capesesp em Goiás, Marília Barreto, melhorias no atendimento médico e odontológico,

*Palestra sobre “stress” e reunião com dirigentes do Capesaúde em Goiás foram pauta de reuniões em Jataí e Rio Verde*

principalmente com atendimento via Unimed, como já ocorre em Jataí. Desta reunião, participaram também

com a Unimed na região, prometendo uma solução para os próximos dias. O Sintsepggo se fez presente com o diretor Sebastião Roberto, da delegacia sindical de Jataí.

No dia 5 de setembro, uma nova reunião entre Marília Barreto e 47 servidores do MS/Funasa (do Nace de Jataí) apresentou aos trabalhadores o plano “Sob Medida” do Capesaúde.

## ESPAÇO JURÍDICO

### Trabalho insalubre

O Sintsepggo alerta aos servidores a necessidade de procurar o Jurídico do Sindicato após a decisão dos pedidos administrativos de reconhecimento de contagem de tempo especial dos períodos trabalhados em condições perigosas ou insalubres após edição da Lei nº 8.112/90 com fulcro no MI nº 880. Ressalta que os reflexos do reconhecimento do tempo insalubre são diversos, citando como exemplo: pagamento retroativo de abono permanência, revisão de aposentadoria de proporcional para integral, preenchimento dos requisitos para receber os benefícios do artigo 192 da Lei 8.112/90, etc. A princípio, a Administração tem reconhecido esses benefícios aos servidores, mas condicionado a liberação do pagamento a formalização de processo administrativo de “exercícios anteriores”, sem data para receber e sem atualização

monetária. Nestes termos, todos os servidores devem procurar o jurídico do sindicato para análise de cada caso.

No decorrer deste processo, vários companheiros têm buscado o MS para solicitar Abono de Permanência ou Aposentadoria, e diversas interpretações têm sido trazidas para o Sintsepggo. A título de esclarecimento, o Sintsepggo procurou a chefe de gestão de pessoas do núcleo do MS/GO, Marli Sorel, que explicou que a grande dificuldade enfrentada hoje pelo ministério é a nova orientação normativa repassada pelo MPOG (nº 10/10), que determinou que se utilize, para a contagem de tempo especial, os mesmos documentos e procedimentos adotados pela Previdência. “O trabalho hoje é buscar laudos e portarias para que não haja alteração no tempo que já foi contado. E o grande problema é que a Previdência não aceita o contracheque como prova, ou seja, temos que achar toda a documentação que prove que o servidor,

naquele período, exerceu atividade insalubre”, explicou. Segundo Marli, o trabalho tem sido intenso em Goiás, desde que a contagem foi retomada em julho. “Essa nova norma técnica fez com que o trabalho ficasse bem mais minucioso. Estamos dando prioridade àqueles que já estão próximos da aposentadoria compulsória e aos processos mais antigos. Então, por tudo isso, pedimos a compreensão dos servidores. Sabemos que a expectativa é grande, mas estamos nos empenhando ao máximo”, finalizou.

### Proventos integrais

O Sintsepggo esclarece à categoria sobre a possibilidade de ingresso de ação judicial para fins de revisão e integralização de proventos de aposentadoria aos servidores que se aposentaram com proventos proporcionais e que – posteriormente ao ato – foram acometidos por quaisquer

das doenças graves previstas no art. 186, inc. I, § 1º, da Lei nº 8.112/90 – tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira posterior ao ingresso no serviço público, hanseníase, cardiopatia grave, doença de Parkinson, paralisia irreversível e incapacitante, espondilartrose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados do mal de Paget (osteíte deformante), Síndrome de Imunodeficiência Adquirida - AIDS, e outras que a lei indicar, com base na medicina especializada). Para mais esclarecimentos, procure o Sintsepggo.

### Resultado

Durante os meses de julho e agosto, a Assessoria Jurídica do Sintsepggo beneficiou um total de 63 servidores que receberam, na Justiça, ações ligadas à GDPGTAS, GDASST, GDATA, IND. de CAMPO I e aos 28,86%.

### Imortal



Além de ter seu talento reconhecido já entre a base dos servidores públicos federais, o professor Ademar Romano – que também integra a direção do Sintsepggo – foi convidado a ingressar na Academia de Letras do Brasil – ALB, na cadeira de número 02, tendo por patrono o consagrado escritor Machado de Assis. A solenidade ocorreu no último dia 26 de agosto, na sede goiana da ALB.



### Vice-presidente

O companheiro Edvaldo Bernardo de Lima, da base do Sintsepggo, integra a nova direção Executiva do Conselho Municipal de Saúde de Goiânia. Com um trabalho sólido e referendado na área da prevenção a endemias no Estado, Edvaldo – agora vice-presidente do CMS – representa o Sintsepggo e o segmento dos trabalhadores na entidade. A posse da nova direção (foto) ocorreu no último dia 31 de agosto.

# Servidores e governo fecham acordo para 2012

Aos 45 minutos do segundo tempo, os servidores públicos federais e governo, por meio da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) conseguiram fechar cinco termos de acordo advindos de um exaustivo processo de negociação. Em meio a tudo isso, a maior vitória – aos olhos do Sintsep/GO – não foi o que se conseguiu de imediato, mas as portas que ficaram abertas para a continuidade das discussões.



Presença maciça da base do Sintsep-GO, na 4ª Marcha dos servidores à Brasília. Na ocasião, mais de 20 mil pessoas lotaram a Esplanada, exigindo, por parte do governo, cumprimento da pauta de negociações.

No total, quase 500 mil servidores entre ativos, aposentados e pensionistas tiveram recomposições salariais consideradas emergenciais enviadas ao Congresso Nacional, sob a forma do Projeto de Lei 2203/11 – cujo conteúdo está sendo analisado pela

subseção do Dieese. O objetivo da análise técnica minuciosa, solicitada pela Condsef, é averiguar se todo o conteúdo das negociações foi, de fato, levado em consideração pelo governo no envio do projeto de Lei, que possui 264 páginas.

Sob alegações de que o ce-

nário é de crise, e de que o orçamento do governo teria chegado ao limite para 2012, o Ministério do Planejamento reconheceu, oficialmente, que este foi apenas um primeiro passo dado no sentido de se reestruturar as carreiras no Executivo, buscando corrigir as inúmeras distorções e perdas salariais.

## Mobilização continua

De acordo com o presidente do Sintsep-GO, Ademar Rodrigues, embora os acordos tenham ficado aquém do necessário para começar a corrigir as distorções salariais, provocadas especialmente pela Lei 12.277/10, é importante lembrar que o governo garantiu – de forma textual – a intenção de dar conti-

nuidade às negociações, na perspectiva de promover a isonomia entre as carreiras.

Sem contar que questões importantes, que não compõem o vencimento básico, mas fazem parte da remuneração do servidor, serão decididas ainda este ano, como o auxílio-alimentação, entre outros. Segundo a Condsef, como a concessão de benefícios não está atrelada ao plano orçamentário anual, a entidade deve pressionar o governo em busca da concessão emergencial de um percentual de reajuste ainda este ano, com uma próxima parcela será buscada para fevereiro de 2012. “Por isso é fundamental que os servidores permaneçam unidos. É essa unidade que vai dar força política aos servidores e permitir uma melhor negociação para os benefícios este ano e para o vencimento básico em 2012”, afirma Ademar.

## Principais pontos do acordo (válido a partir de julho de 2012)



Na Plenária Nacional da Condsef, delegação do Sintsep-GO, decide sobre apresentação de contraproposta ao governo, que não foi acatada pelo Executivo, que alegou “orçamento no limite”.

**Ciência e Tecnologia** – a partir de julho de 2012, incorporação integral ao vencimento básico da Gratificação Temporária de Atividade de Ciência e Tecnologia – GTEMPCT e incorporação ao vencimento básico de 20% (vinte por cento) da Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia – GDACT. Garantia de continuidade das negociações em torno da pauta apresentada em 2009.

**Inmetro** – a partir de julho de 2012, o processo de reestruturação compreenderá o fortalecimento do vencimento básico por meio da incorporação de 20% (vinte por cento) da Gratificação de Desempenho GQDI - Gratificação pela Qualidade do Desempenho no INMETRO, devida aos titulares dos cargos de Nível Superior, Nível Intermediário e

Nível Auxiliar. Garantia de buscar o alinhamento das regras de avaliações de desempenho institucional e individual.

**Tecnologia Militar** – incorporação de 20% (vinte por cento) da gratificação de desempenho ao vencimento básico nas tabelas dos cargos de nível intermediário e auxiliar e readequação dos critérios

para recebimento da Gratificação de Qualificação - GQ. Continuidade das negociações tendo em vista a reestruturação das tabelas remuneratórias dos cargos de nível superior, com vistas a incorporação de parte da gratificação de desempenho ao vencimento básico e com o aprofundamento do processo de fortalecimento da estrutura remuneratória para todos os cargos, em todos os níveis.

**Cultura** – gratificação de Desempenho de Atividades Médicas do Plano Especial de Cargos da Cultura de que trata a Lei nº 11.233/05 – GDM/Cultura.

### PGPE, PST E CORRELATAS

• Fortalecimento das estruturas remuneratórias dos cargos de Nível Superior, Intermediário e

Auxiliar com vistas ao nivelamento com a estrutura remuneratória especial prevista no art. 19 da Lei n. 12.277/10 e ao fortalecimento do vencimento básico.

• A partir de julho de 2012, os cargos de nível superior terão suas tabelas reestruturadas para alcançar o teto remuneratório (considerando a soma do vencimento básico e da gratificação de desempenho) de R\$ 7.000,00, por meio de acréscimo dos valores da Gratificação de Desempenho; cargos de nível intermediário terão acréscimo de R\$ 211,00 na Gratificação de Desempenho em todos os padrões das respectivas tabelas remuneratórias; os cargos de nível auxiliar terão um acréscimo de R\$ 105,00 na Gratificação de Desempenho, em todos os padrões das respectivas tabelas remuneratórias. Em termos numéricos, o reajuste para o nível superior, calculado em 80 pontos, será de R\$ 488,80 para o primeiro padrão e R\$ 1.080,00 para o último padrão. O reajuste para os níveis intermediário e auxiliar, calculado em 80 pontos, é de R\$ 168,80 e R\$ 84,00, respectivamente;

• Continuidade do processo de nivelamento das estruturas remuneratórias com a estrutura remuneratória especial prevista na Lei n. 12.277/10, bem como de todo o processo de reestruturação dos planos de cargos e carreiras abrangidos neste termo serão ob-

reto de processo negocial específico no âmbito da Mesa Nacional de Negociação Permanente, que irá definir as condições e os prazos das próximas etapas do processo;

• Reajuste, a partir de 12 de julho de 2012, da GACEN e a GECEN, cujos valores deverão corresponder a R\$ 721,00, com debate sobre critério a ser adotado para futuras atualizações;

• Nível auxiliar do PECFAZ terá o vencimento básico reestruturado em todos os padrões para adequar a forma de incorporação da GAE;

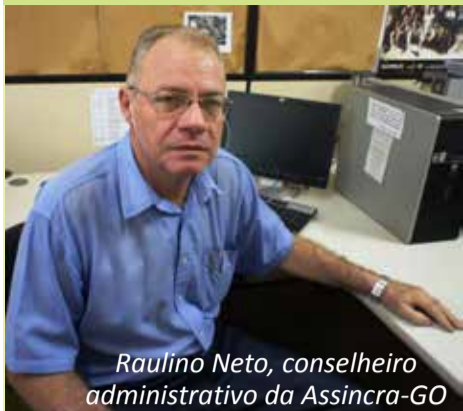
• Retorno das discussões em relação às adaptações propostas para os procedimentos da sistemática de avaliação de desempenho prevista na Lei n. 11.784/08, e no Decreto n. 7.133/10;

• O processo de negociação buscará a sistematização das regras de avaliações de desempenho institucional e individual, especialmente com relação a sua proporção na gratificação de desempenho, conforme os parâmetros previstos na Lei n. 11.784/08, que estabelecem 80 pontos para a avaliação institucional e 20 pontos para a avaliação individual.

**Obs.: confira o termo de acordo, na íntegra, no site do Sintsep-GO ([www.sintsepggo.org.br](http://www.sintsepggo.org.br)).**

### EXPEDIENTE

Editado sob responsabilidade da Diretoria Executiva: Presidente: Ademar Rodrigues de Souza; Vice-Presidente: Anderson Wanderley dos Santos; Secretário Geral: Vicente Gonçalves Ribeiro; Diretoria de Finanças: Fátima Maria de Deus; 2ª. Diretoria de Finanças: Deuselene Ramos de Moraes; Diretoria de Organização: Gilberto Jorge Cordeiro Gomes; Diretoria de Imprensa, Comunicação e de Promoção: Marcos Aurélio de Oliveira; Diretoria de Assuntos Jurídicos: Gilson de Oliveira Filho; Diretoria de Formação Sindical e Sindicalização: Márcia Jorge; Diretoria de Estudos Sócio Econômicos: Nilson Luiz Marques; Diretoria de Aposentados e Pensionistas: Crescêncio Pinhão de Sena; Diretoria de Apoio ao Pessoal do Interior: Vilmar Martins da Silva; Diretoria de Articulação com os Movimentos Populares e Estudantis: Deusina Azevedo Soare e Diretoria da Mulher: Maura Lázara Leão. Diretores Suplentes: Raimundo Nonato de Miranda; João Gomes da Silva; José Ferreira da C. Filho; Ademar Romano; José Andrade da Silva; Wanderlan do Carmo Gomes; Claudinei José da Silva; Rubens Pereira de Melo; Laurison Antonio de Oliveira; Onofre Gonçalves Rodrigues; José Roberto Rodrigues da Cunha; Getúlio Rodrigues da Silva; Adauto Joaquim da Cruz Neto; Marcelo Nagata e Carlos Alberto Esteves Ferreira. Conselho Fiscal titular: Eliene Inácia Pereira; Sebastião Roberto G. Moreira; Silvestre Antonio Leal e Suplentes do Conselho Fiscal: Sebastiana Maria Galdino; Juarez Araújo C.o e Umberto Braz Rodrigues. Diagramação: Herbiun Bueno. Jornalista responsável: Rodrigo N. Leles (GO 1224-JP). Impressão: L.L. Gráfica e Editora Ltda. Tiragem: 5.000 exemplares.



Raulino Neto, conselheiro administrativo da Assincra-GO

Ocupado por 25 dias, por integrantes de cinco movimentos sociais que defendem uma necessária e verdadeira reforma agrária no país, a superintendência goiana do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra/GO) tem um novo gestor: o alagoano e servidor de carreira do órgão, Jorge Tadeu Jatobá Correia.

Arquiteto e servidor público, Jorge Tadeu foi empossado simbolicamente pelo procurador-chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Incra, Junior Fideles, no último dia 22 de julho, iniciando um novo período de trabalho no órgão (confira entrevista ao lado). Tanto os servidores quanto os integrantes dos movimentos sociais ligados à questão fundiária consideram a posse do novo superintendente uma vitória, tendo em vista que o afastamento de seu antecessor – cuja indicação era meramente política – era a principal reivindicação dos trabalhadores que ocuparam, por quase um mês, a sede do Incra/GO.

Sob queixas de inoperância, total falta de diálogo e transparência, a queda do ex-superintendente encerra um período no qual o desempenho Incra/GO esteve seriamente afetado pela falta de comprometimento de sua antiga gestão com as demandas e necessidades dos trabalhadores rurais, somadas às dificuldades ordinárias enfrentadas pelo órgão em nível nacional, como déficit orçamentário e de recursos humanos.

Para o conselheiro administrativo da Associação dos Servidores do Incra/GO (Assincra-GO), Raulino Mendes Neto, a chegada de um servidor de carreira, comprometido com os movimentos sociais, traz boas perspectivas aos servidores do órgão. “Como direção da associação, e dos servidores do Incra, nós estamos sempre lutando pela reforma agrária e pelo direito dos trabalhadores rurais terem acesso democrático à terra e, por isso, nos solidarizamos com os movimentos. O fato do atual superintendente ser um servidor ‘da casa’, que conhece profundamente a causa pela qual lutamos e trabalhamos, satisfaz parte dos anseios dos servidores”, considera.

De acordo com Raulino, antes que o atual superintendente assumisse, a direção da Assincra-GO entregou ao presidente nacional do Incra, Celso Lacerda, um documento contendo 12 pontos reivindicados pelos servidores, que posteriormente também foi repassado a Jorge Tadeu. “Abordamos desde a questão salarial, passando por ações importantes na área da reforma agrária, até a estrutura física do Incra, que necessita urgentemente ser requalificada”, enfatizou.

# Boas perspectivas para o início de uma nova gestão

“O Incra é como um Davi que insiste em derrubar um Goliath todos os dias”



Objetivando contribuir com este novo momento da administração do Incra/GO, a equipe do Sintsep-GO entrevistou o superintendente Jorge Tadeu Jatobá Correia, que abordou tanto as prioridades do órgão, como suas principais dificuldades. Confira abaixo:

**S – Dr. Jorge Tadeu, o senhor assumiu o Incra/GO há praticamente um mês. Qual é a principal orientação para o órgão neste momento?**

JT – Nosso esforço é no sentido de retomar as ações programadas para 2011: recursos previstos para infraestrutura, créditos para habitação e fomento, para a demarcação de assentamentos, para a assistência técnica e o licenciamento ambiental... Ou seja, nós vamos aplicar todos os recursos previstos e programados para este ano, que – mesmo que sejam pequenos – melhoram diretamente os assentamentos de reforma agrária.

**S – E a reforma agrária em específico?**

JT – Hoje o que nós trabalhamos muito é pela regularidade dos assentamentos de reforma agrária, do ponto de vista primeiro de sua regularidade cadastral, ou seja, identificarmos a situação ocupacional nos lotes. Àqueles lotes que estão indevidamente, ou irregularmente ocupados, serão retomados pelo Incra. Isso feito, eles serão destinados às famílias acampadas que aguardam seu pedaço de terra. Essa ocupação irregular nem sempre envolve questões de compra e venda. Muitas vezes são desistências não formalizadas ao Incra, e que são ocupadas indevidamente por outras pessoas, etc.

**S – O senhor diria que o Incra hoje é pequeno para tantas demandas?**

JT – Há sobrecarga intensa de trabalho. Porque o Incra age com a obtenção das terras – vistorias e avaliações –, depois com o cadastro, seleção e assentamento de famílias, depois ele trabalha com a regularidade ambiental (licenças prévias e de instalação e operação). O Incra trabalha ainda com a parte de desenvolvimento, estruturando os assentamentos com assistência técnica, infraestrutura, com o programa

nacional de educação pela reforma agrária, trabalha com todas as políticas de governo voltadas para essa área, fazendo uma articulação da produção agrícola dos assentamentos com políticas de governo de fomento à comercialização. Trabalha com o Terra Sol, que é a implantação de agroindústrias em assentamentos... Mas o Incra também faz as demarcações dos PA's, o Incra é responsável pelo cadastro rural de todos os imóveis do país.

**S – Ou seja, da desocupação em diante, o Incra é responsável por praticamente tudo.**

JT – Tudo, tudo: o Incra é como um Davi que insiste em derrubar um Goliath todos os dias. E tem o nosso público direto aqui das ações de reforma agrária e regularização fundiária! Eu volto a frisar: todos os proprietários de terra no Brasil são nosso público, seja familiar, assentado, pequeno, médio ou grande proprietário de terra. Todos são clientes do Incra no cadastro rural. Então nós temos toda essa gama de pessoas e demandas para atender. Por isso que a certificação às vezes demora tanto, nós não temos pessoal suficiente para fazê-la e isso é algo que, por lei, deve ser feito pelo Incra. Isso faz com que nós, constantemente, recebamos mandados de segurança... é um problema sério.

**S – Para funcionar bem, quantas vezes maior o Incra/GO teria que ser?**

JT – Eu acredito que aqui em Goiás nós precisaríamos, no mínimo, do dobro da estrutura, o dobro de orçamento e, pouco mais que o dobro de servidores também. Aliás, em termos de orçamento para infraestrutura, nós precisaríamos – em alguns anos – ser cinco vezes maiores do que somos hoje, para atender às demandas de forma satisfatória. Isso porque tem alguns itens da infraestrutura que são caros e eles, normalmente, se repetem nas necessidades. Por exemplo, em relação à construção e manutenção das estradas na zona rural. Além de ser algo extremamente caro de se implantar nos assentamentos, o gasto se repete, porque basta uma chuva forte para ser necessário refazê-la. Infelizmente, as prefeituras não têm

condições de manter essas estradas, especialmente em locais com muitos assentamentos. A precariedade das estradas rurais hoje é uma realidade em todo o meio rural brasileiro, que concentra mais de 85% das estradas do país. Ou seja, mais de 85% da malha viária brasileira é rural e não é bem servida – cenário relativamente diferente da malha viária urbana. Os assentamentos estão todos inclusos nesses 85%. As estradas são ruins no todo, mas nos assentamentos elas são muito ruins e modificar essa realidade demanda uma quantidade muito grande de recursos. Então, especialmente na área de infraestrutura, o orçamento deveria ser muito maior, embora nós contemos hoje com outros programas de governo que nos ajudam bastante, e que diminuem o impacto sobre o nosso orçamento, como o Luz para Todos, que leva energia às unidades habitacionais viabilizadas pelo Incra e a construção de poços artesianos em parceria com a Funasa, entre outros.

**S – E como é o retorno social deste trabalho feito pelo Incra?**

JT – Embora existam enormes carências, pesquisas realizadas nos assentamentos de reforma agrária demonstram que eles tem uma vitalidade econômica e social impressionante. Essa é a marca principal que gostaríamos de destacar. O campo dá uma demonstração não só de vitalidade, mas de sustentabilidade tanto do ponto de vista econômico quanto social. A agricultura familiar emprega 75% da mão-de-obra do meio rural, o que confere uma sustentabilidade ao país. Imagina se fosse o contrário, 75% das pessoas do campo ocupadas com atividades típicas de exportação, e de repente uma crise lá fora quebra isso. O que iria ocorrer? Quantas pessoas ficariam desempregadas? Então, quando você tem um mercado interno forte, que não sofre tanto as pressões internacionais e que emprega as pessoas, numa perspectiva de consumo interno, com uma dinâmica de produção bem mais rica e diversificada, isso gera sustentabilidade. Só precisamos de mais terras e mais recursos para os assentamentos.



da Funasa (Formosa, Ceres, Jataí e Morrinhos) – além de uma Audiência Pública em Goiânia, na Assembleia Legislativa de Goiás – o Sintsep-GO dá prosseguimento à luta. O sindicato levou à Brasília, no último dia 24 de agosto, 15 companheiros de Ceres, 15 de Jataí, 15 de Formosa, 15 de Morrinhos e 20 da grande Goiânia com objetivo de participarem de audiência pública nacional que iria discutir a questão dos intoxicados. A audiência, infelizmente, foi adiada, mas os servidores participaram ativamente da 4ª Marcha promovida pela Condsef, CUT e demais entidades nacionais (foto). Aproveitando a

## Segue luta dos Intoxicados

oportunidade de conversar com a deputada Manuela D'Ávila (PCdoB - RS), presidente da Comissão de Direitos Humanos, que também garantiu empenho no sentido de que a audiência ocorra.

oportunidade de conversar com o deputado Estadual Mauro Rubem, esteve em audiência na subcomissão de Seguridade Social, que discutia a situação de trabalhadores intoxicados por agrotóxicos. Vários companheiros do Sintsep-GO participaram da discussão, na qual o presidente do Sintsep-GO solicitou o apoio dos parlamentares, no sentido de pressionar o governo para que se resolva o problema dos intoxicados da Funasa. Os deputados que dirigiam a audiência garantiram, em plenário, que buscariam construir a audiência pública nacional dos intoxicados da Funasa. Ainda no mesmo dia, o companheiro Ademar teve a oportunidade de conversar com a deputada Manuela D'Ávila (PCdoB - RS), presidente da Comissão de Direitos Humanos, que também garantiu empenho no sentido de que a audiência ocorra.